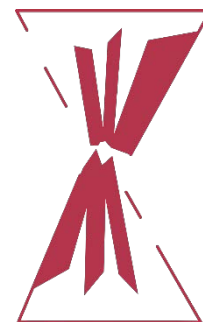


Cooperativismo em Itaú/RN: a contribuição da COAPIL para o desenvolvimento a partir da percepção dos associados e cooperativados

Cooperativism in Itaú/RN: the contribution of COAPIL to development based on the perception of associates and cooperativated



SILVA, Aysla Gabriela Lopes da*
BARRETO FILHO, Boanerges de Freitas*

RESUMO: Evidências históricas indicam que o município de Itaú/RN já contou com uma das cooperativas mais importantes do Alto Oeste Potiguar. Esta pesquisa tem como objetivo “Identificar as contribuições da COAPIL (Cooperativa Agropecuária de Itaú Ltda.) para o desenvolvimento de Itaú/RN, a partir da percepção dos agentes diretamente envolvidos”. Para tanto o trabalho se baseou em pesquisa bibliográfica e por meio de levantamento no que restou do acervo documental da Cooperativa, além de pesquisa de campo e realização de entrevistas com 17 integrantes da Cooperativa. Os dados e informações coletadas evidenciam a importância da COAPIL na geração de empregos, constituindo, por muito tempo, como a principal geradora de postos de trabalho no município e áreas adjacentes. Por outro lado, mostrou-se incapaz de promover alterações substanciais na estrutura socioeconômica. Na verdade, tornou-se um instrumento para a manutenção do poder político e para reafirmação das diferenciações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo; Emprego e renda; Relações de trabalho; Desenvolvimento.

ABSTRACT: Historical evidences indicate that the municipality of Itaú/RN has already counted on one of the most important cooperatives of the Upper West Potiguar. This research aims to "identify the contributions of COAPIL (Cooperativa Agropecuária de Itaú LTDA.) to the development of Itaú/RN, from the perception of the agents directly involved". For this work was based on bibliographic research and through a survey of what remained of the documentary collection of the cooperative, besides field research and conducting interviews with 17 members of the cooperative. The data and information collected evidence the importance of COAPIL in the generation of jobs, constituting, for a long time, as the main generator of jobs in the municipality and adjacent areas. On the other hand, it proved incapable of promoting substantial changes in the socio-economic structure. In fact, it has become an instrument for the maintenance of political power and for the reaffirmation of social differentiations.

KEYWORDS: Cooperativism; Employment and income; Labor Relations; Development.

Recebido em: 03/08/2019
Aprovado em: 04/10/2019

* Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *campus* de Pau dos Ferros, estado do Rio Grande do Norte (RN), Brasil. E-mail: gabyaysla@gmail.com.

* Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), estado do Rio Grande do Norte (RN), Brasil. Professor do Departamento de Economia da UERN, *campus* de Pau dos Ferros (RN). E-mail: boanerges.sms@hotmail.com.

Introdução

O cooperativismo é uma das palavras-chave para se compreender a democracia, pois a constituição de uma cooperativa é um ato voluntário entre pessoas que têm interesses comuns e almejam, por meio da união, solucionar problemas do cotidiano e/ou potencializar arranjos produtivos, econômicos, culturais, etc. A constituição e o funcionamento de uma cooperativa requerem a participação, a colaboração, a união entre as pessoas e exatamente por apresentar tais características é que o cooperativismo pode ser entendido como um movimento que busca constituir uma sociedade justa em bases democráticas (SCHMIDT; TEODORO; MIYAZAKI; GAFFURI; NAZZARI; BERTOLINI, 2005).

O cooperativismo tem uma relevância significativa na economia brasileira, sendo um sistema capaz de alinhar o desenvolvimento humano ao sustentável, devido aos seus princípios universais de origem e de evolução (MATOS; NINAUT, 2008).

No Brasil, o movimento cooperativista se iniciou oficialmente com a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1889 e outra no Rio Grande do Sul, em 1902. A primeira cooperativa de crédito foi criada na cidade de Nova Petrópolis, pelo Padre suíço Theodor Amstad, e até hoje permanece em funcionamento (MAGALHÃES; DAUDT; PHONLOR, 2009).

Para que o cooperativismo fosse difundido e se tornasse reconhecido, em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade que representa e congrega o segmento cooperativista brasileiro. No ano de 1998 surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), com o objetivo de estimular o ensino e formação profissional dos trabalhadores associados em cooperativas (MATOS; NINAUT, 2008).

O Nordeste brasileiro se caracteriza por ser uma região de contrastes, conhecida pelo seu clima, ameno no litoral e semiárido no interior, vegetação predominantemente de caatinga (a mata branca do período seco e que renasce no período chuvoso) e manifestações culturais fortes e marcantes nos diversos espaços internos, também pela exuberância e riqueza de uma parte diminuta da sociedade e por apresentar uma significativa concentração de pessoas pobres e extremamente pobres, especialmente nos municípios do semiárido.

O Nordeste de contrastes também se materializa por meio das diferentes formas que as cooperativas assumiram na região. Na acepção democrática, em que a adesão voluntária e o interesse comum prevaleceram, foram constituídas inúmeras cooperativas e associações com motivações edificantes para o enfrentamento das dificuldades e

problemas econômicos e sociais vivenciados por milhares de famílias nordestinas. De outro lado, também é verdade que, uma parte das cooperativas do Nordeste foi organizada por representantes da elite que tomaram o comando e o cargo mais alto existente na estrutura para angariar benefícios econômicos e políticos. Em tal acepção, pode-se dizer que parte do cooperativismo no Nordeste enfrenta dificuldades, pois o principal objetivo de uma cooperativa é trabalhar em benefício dos cooperados e da comunidade e não para ser utilizada como instrumento de transferência de recursos financeiros para o bem próprio de seus comandantes (DANIEL; GAL, 1981).

Acredita-se que a ação de uma cooperativa pode contribuir para a promoção do desenvolvimento, inclusive nas áreas que apresentam carências socioeconômicas diversas, como são os casos, quase sempre, dos municípios do interior do RN. Pelas evidências de que o município de Itaú/RN já contou com uma das cooperativas mais importantes do Alto Oeste Potiguar, tem-se o seguinte objetivo: Identificar as contribuições da COAPIL (Cooperativa Agropecuária de Itaú Ltda.) para o desenvolvimento de Itaú/RN, a partir da percepção dos agentes diretamente envolvidos.

A COAPIL teve participação destacada na economia itauense durante muitos anos e influenciou na vida de milhares de pessoas (diretamente na economia de Itaú/RN e indiretamente no cotidiano regional, através da aquisição de praticamente toda a produção de caju dos municípios do entorno). Pela relevância histórica, econômica e social do empreendimento, percebe-se a necessidade de resgatar as contribuições que a COAPIL teve para a economia do município ao gerar empregos e renda e para os municípios do entorno através da aquisição das castanhas e do pseudofruto do caju.

O atual presidente¹ da COAPIL foi importante fonte para o resgate da atuação da Cooperativa, pois tem exercido a presidência por mais de duas décadas. A referida fonte foi entrevistada na fase inicial do levantamento, sendo solicitadas informações cadastrais dos sócios e trabalhadores e demais referências que pudessem facilitar a localização de potenciais entrevistados.

Saliente-se também que muitos sócios e trabalhadores da cooperativa não residem mais em Itaú/RN e muitos outros já faleceram. Outro aspecto que merece consideração é o fato de a COAPIL estar passando por uma série de dificuldades de atuação, inclusive com possibilidade de leilão da estrutura existente para pagamentos de dívidas, comprometendo, assim, a capacidade de ampliação das operações de compra e venda dos produtos, bem como, pela impossibilidade de captação de recursos

¹ Tem-se que reconhecer a possibilidade de avaliações exageradamente positivas sobre a atuação da COAPIL, sobretudo, nos períodos de auge. Para minimizar os possíveis excessos, os dados e informações que foram repassados pelo presidente foram checados com outros cooperativados (sócios e trabalhadores).

(empréstimos/financiamentos). Tais aspectos resultam em certa aversão por parte de alguns membros em tratarem sobre a temática.

A partir das informações fornecidas pela presidência atual da Cooperativa, foram identificadas 17 (dezesete) pessoas que tiveram atuação na COAPIL e que se dispuseram a participar da pesquisa, sendo que as entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro e março de 2019, com 10 (dez) sócios (participaram da Diretoria e/ou foram sócias fundadoras) e 7 (sete) trabalhadores que atuaram na fábrica de beneficiamento.

Optou-se pela entrevista semiestruturada para manter o foco sobre as contribuições da COAPIL para o município de Itaú/RN e para o entorno, mas também por permitir maior flexibilidade na abordagem e, assim, facilitar a exploração de aspectos novos relatados pelos entrevistados. Para Triviños (1987, p. 152) a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”. Neste sentido, as perguntas foram elaboradas com o propósito de identificar as contribuições da COAPIL para o desenvolvimento de Itaú/RN, a partir da percepção dos agentes diretamente envolvidos (sócios e trabalhadores).

Tal método se mostrou estratégico para recuperação da história da COAPIL, principalmente em virtude das dificuldades vivenciadas pela Cooperativa ao longo dos últimos anos em que muitos dados e informações (atas, documentos contábeis etc.) foram sendo descartados e/ou perdidos. Assim, o material remanescente nos arquivos da Cooperativa teve que ser complementado com as percepções dos agentes diretamente envolvidos no funcionamento da COAPIL.

A pesquisa adotada no trabalho é do tipo mista, pois incorpora elementos quantitativos e qualitativos, com predomínio deste último.

Cooperativismo: evolução histórica e características

O cooperativismo nasceu tendo como motivação original criar alternativas para que grupos socialmente mais vulneráveis pudessem alcançar condições mais satisfatórias de vida. Nesse aspecto, o movimento cooperativista nasceu como resultado da união dos trabalhadores frente ao capitalismo industrial, baseado na exploração da força de trabalho da classe operária, cujo objetivo capitalista é buscar cada vez mais a exploração da força de trabalho e conseqüentemente, o lucro (MARX, 2011, *apud* HÜMMELGEN, 2016).

Para Porto e Ferreira (2015, p. 325-326):

A doutrina cooperativista passou a se manifestar, de maneira mais objetiva, na primeira metade do século XIX, quando o continente europeu passava por um momento ímpar de sua história, vivenciando um contexto de divergência sócio-político-econômico ocasionado pela Revolução Industrial, a partir da metade do século XVIII. Este período é marcado pelo avanço tecnológico. O avanço tecnológico, ao mesmo tempo, que fomentou a produção em massa, gerando riqueza a uma classe chamada de burguesia, provocou o desemprego de milhares de trabalhadores que tiveram sua força de trabalho substituída pelas máquinas, gerando grande miséria e exploração da força de trabalho e, por conseguinte, uma massa de excluídos. Diante dessa realidade, os trabalhadores viram na ajuda mútua uma forma de lutar contra essa realidade, deste modo, passaram a organizar-se a fim de lutar contra a miséria, garantir a sobrevivência, além de atender suas necessidades de saúde, alimentação, moradia, lazer, e, por fim, melhores condições de vida e inclusão social.

O cooperativismo, como se conhece hoje, surgiu na metade do século XIX em Rochdale, na Inglaterra, com o propósito da criação de uma sociedade que pudesse ser autossuficiente e apoiasse outras sociedades com o mesmo propósito (SINGER, 2010, *apud* HUMMELGEN, 2016).

Diante da consolidação do capitalismo e da nova relação de produção, emergiu a ideia da criação de uma organização formal que estabelecesse regras, normas, e princípios que respeitassem, sobretudo, os valores do ser humano (BENATO, 1994, *apud* HUMMELGEN, 2016), considerando que a exploração do trabalho assalariado deteriorava as condições de vida dos trabalhadores que passavam a viver de forma cada vez mais precária. É por essa perspectiva que se entende o cooperativismo como uma tentativa de suavização da relação de exploração que caracteriza o modo de produção capitalista, cujo corolário é a busca do lucro e que tem como origem a exploração do trabalho alheio.

Assim, devido às inúmeras necessidades socioeconômicas vivenciadas cada vez por mais pessoas, estabeleceram-se as possibilidades para que, por meio da união de pessoas com interesses afins, fossem testados novos arranjos, tais como as cooperativas de produção agrícola ou industrial, comercialização de produtos e serviços, disponibilização financeira e de crédito, entre outras (RICCIARDI; LEMOS, 2000, *apud* HUMMELGEN, 2016).

De acordo com Barreto Filho (2017, p. 02):

[...] o cooperativismo pode ser compreendido como uma resposta às adversidades vivenciadas por milhões de famílias alijadas e excluídas da divisão das riquezas produzidas no capitalismo. É, neste sentido, uma alternativa reformista, embora diferenciada, de inserção no moderno sistema produtor de mercadorias.

O cooperativismo se relaciona com a busca por inserção econômica por meio do estabelecimento de relações de confiança entre as pessoas que têm propósitos

razoavelmente parecidos. Assim, os indivíduos se unem em função do alcance de situações que sejam agradáveis para todos os membros, atuam conjuntamente para atingir as metas programadas. Destaque-se que “as cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista” (SANTOS, 2002, p. 3).

O cooperativismo tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres que se encarregariam da gestão, operacionalização, divisão de atribuições e distribuição dos resultados para os membros (SANDRONI, 1996). Nesse sentido, verifica-se que o objetivo principal de uma cooperativa não é a obtenção de lucro.

De acordo com Bialoskorski Neto (1998, p. 3):

A cooperativa é um empreendimento diferente das empresas encontradas na economia e que visam resultados e lucros. Esta forma organizacional é baseada em princípios doutrinários oriundos dos socialistas utópicos associacionistas e tem como lastro o ideário da igualdade, da solidariedade, fraternidade, e da liberdade.

Ainda de acordo com o autor, o empreendimento cooperativo:

[...] não comporta a ideia de uma propriedade privada, mas sim de uma co-propriedade, privada e comum, não com o objetivo da geração de lucros, mas sim com o intuito de oferecer condições para que cada uma das unidades autônomas associadas a esse empreendimento possam se estabelecer eficientemente no mercado (BIALOSKORSKI NETO, 1998, p. 3).

Barreto Filho (2017, p. 5) chama atenção para o seguinte:

[...] observa-se que a forma organizativa determina uma significativa diferença da empresa capitalista, mas não se pode desconsiderar que o empreendimento cooperativo atua num ambiente capitalista por excelência e, desta forma, submete-se a lógica de acumulação e é subordinada ao *status quo*.

Sendo um arranjo diferenciado, faz-se necessário conhecer os princípios que regem o cooperativismo. Cruzio (2005), citado por Porto e Ferreira (2015, p. 327-328), aponta o seguinte:

a) Adesão livre e voluntária – as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usufruir dos serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades dos sócios, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero.

- b) Controle democrático pelos sócios** – as cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios.
- c) Participação econômica dos sócios**– os sócios [que] contribuem de forma equitativa controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é prioridade comum das cooperativas.
- d) Autonomia e independência** – as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter sua autonomia.
- e) Educação, treinamento e informação**– as cooperativas proporcionam educação e treinamento aos sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento.
- f) Cooperação entre cooperativas** – as cooperativas atendem aos seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais. Este princípio estimula a organização e expansão do cooperativismo, como também a união das cooperativas em busca de expandir o mercado de trabalho, além de fortalecer suas estruturas para vencer as concorrências e ganhar espaço no mercado.
- g) Preocupação pela comunidade** – as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros. As cooperativas, por meio de seus cooperados, possuem a responsabilidade de fomentar o desenvolvimento local da comunidade de forma sustentável, considerando a responsabilidade social e ética, contribuindo significativamente para a fomentação do tripé do desenvolvimento sustentável: social, econômico e ambiental.

Pode-se dizer que são inatos ao homem lutar pela sobrevivência e buscar a melhoria de suas condições de vida e, exatamente, por tais características é que inúmeras experiências foram sendo testadas e aperfeiçoadas ao longo do tempo, dentre as quais, pode-se afirmar que as mais bem sucedidas foram aquelas que aglutinaram os esforços dos indivíduos. Por tal perspectiva o cooperativismo/associativismo pode ser compreendido como uma resposta às adversidades vivenciadas por milhões de famílias excluídas da divisão das riquezas produzidas no capitalismo. É, nesse sentido, uma alternativa reformista, embora diferenciada, de inserção no moderno sistema produtor de mercadorias.

O cooperativismo no Brasil

No que se refere à evolução da prática cooperativista, tem-se que, no Brasil, a formação de cooperativas é regulamentada por lei desde 1907, constituindo-se, portanto, numa atividade reconhecida pelo Estado desde o início do século XX. Saliente-se que, mesmo antes da regulamentação oficial, já existiam cooperativa no país. A primeira cooperativa do Brasil foi criada no ano de 1889, na cidade de Ouro Preto/MG, e era uma cooperativa de consumo. Decorridos mais treze anos surgiu a primeira cooperativa de crédito do país, sendo instalada no estado do Rio Grande do Sul. Em relação às

cooperativas agropecuárias, têm-se as primeiras iniciativas no ano de 1906, ou seja, já após a regulamentação legislativa (MAGALHÃES; DAUDT; PHONLOR, 2009).

Em 2 de dezembro de 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)², órgão da sociedade civil, sem fins lucrativos e com neutralidade política e religiosa. Tratava-se, até então, da única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional. Tal demora para a constituição de entidade nacional representativa dos interesses das cooperativas sinalizam para o fato que, no país, o sistema cooperativo demorou a se difundir pelo amplo território nacional (MAGALHÃES; DAUDT; PHONLOR, 2009).

Embora tenha demorado em deslanchar no país, tem-se que o segmento se diversificou e ganhou peso na economia nacional. A força do cooperativismo brasileiro pode ser observada na **Tabela 1**, manifestando-se pelo número de cooperativas, de cooperativados e também pela quantidade de pessoas que emprega.

Tabela 1. Panorama geral do cooperativismo brasileiro por número de cooperativas existentes nos diferentes ramos, por número de cooperativados e por pessoal empregado.

Ramo	Cooperativa	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.618	1.017.481	198.654
Consumo	179	2.585.182	12.629
Crédito	929	8.941.967	60.237
Educacional	270	53.403	3.367
Especial	8	321	8
Infraestrutura	135	1.006.450	5.692
Habitacional	284	106.659	577
Produção	239	5.777	2.960
Mineral	97	23.515	182
Trabalho	943	188.435	943
Saúde	805	238.820	103.015
Transporte	1.357	98.713	9.835
Turismo e Lazer	23	760	11
Total	6.887	14.267.483	398.110

Fonte: (OCB, 2018).

São números muito representativos, destacando-se a quantidade de cooperativas agropecuárias, com 1.618, e de transportes, com 1.357, em relação ao número de cooperativas por setor ou ramo de atuação. Em relação ao número de cooperados, tem-se as de crédito e consumo como as que mais congregam pessoas e, pelo número de empregados, observa-se novamente as cooperativas agropecuárias, com 198.654 pessoas, e as de saúde com 103.015 pessoas empregadas.

² “As cooperativas brasileiras são disciplinadas pela Lei 5.764/71, as quais possuem a OCB como representante nacional e as OCEs, por exemplo, Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte] como representantes estaduais” (PORTO; FERREIRA, 2015, p. 328).

Além da relevância socioeconômica as cooperativas também têm ampla dispersão geográfica:

De acordo com a OCB (2010), as cooperativas se fazem presentes em todas as regiões do país, sobressai como a maior detentora do número de cooperativas a região Sudeste, em termos percentuais, o equivalente a 34%. Em seguida aparece a região Nordeste, correspondendo a 26%, portanto, as regiões Sudeste e Nordeste são as regiões que detêm o maior número de cooperativas existentes no Brasil, ou seja, juntas comportam mais de 50% desse total (PORTO; FERREIRA, 2015, p. 329).

Também por apresentar acentuada capacidade de mobilização dos fatores disponíveis nas diferentes áreas, inclusive oportunizando perspectivas para que áreas até então pouco integradas ao circuito de valorização do capital, observa-se que o cooperativismo passou a ser encarado como um instrumento para promover o desenvolvimento.

Conforme Porto e Ferreira (2015, p. 325):

[...] as cooperativas vêm se constituindo como um valioso instrumento estimulante da força de trabalho, pois minimiza o empobrecimento de muitas populações, através da inovação. Enfim, por meio do conhecimento e de novas práticas educativas é possível incentivar desenvolvimento local de forma sustentável, respeitando o meio ambiente, a comunidade e os princípios da ética.

Assim, quando a concepção de Desenvolvimento Local se consolida como uma perspectiva para áreas pouco integradas ao circuito de acumulação do capital, tem-se na organização de cooperativas uma forma de aglutinar os recursos escassos disponíveis e encontrar mecanismos e formas para potencializar a economia local.

De acordo com Barreto Filho (2017, p. 6):

A lógica é, predominantemente, aproveitar as oportunidades de inserção no processo de globalização, reconhecendo-se que o processo de integração local/global é também contraditório. Neste sentido, tem-se que as relações interpessoais podem ser consolidadas num ambiente mais afeito ao cooperativismo/associativismo e o capital social pode florescer e produzir resultados mais satisfatórios quando se conhece os recursos e diferenciais que podem ser mobilizados para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Em outros termos, o cooperativismo pode servir como catalisador das energias existentes e pode potencializar os resultados no enfrentamento da pobreza.

A partir de tal perspectiva, percebe-se que as áreas mais atrasadas do país poderiam recepcionar empreendimentos deste tipo com propósitos de atender às necessidades de parte da população menos favorecida e/ou dinamizar a economia, com vistas a se alcançar o desenvolvimento.

O cooperativismo no Nordeste

A região Nordeste caracteriza-se por ser uma região de contrastes, marcado por forte heterogeneidade e complexidade não somente em termos de clima, vegetação, topografia, cultura, mas, especialmente, em termos econômicos (SILVA; SALOMÃO; MCINTYRE; GUERREIRO; PIRES; ALBUQUERQUE; BERGONSI; VAZ, 2003). Nesse espaço, o cooperativismo foi fortemente influenciado pelo poder político da classe dominante, posto que, em muitas circunstâncias, verificou-se a criação de cooperativas e associações como medidas para facilitação de acessos a recursos, quase sempre, de origem pública e que servem para a manutenção do *status quo*.

A primeira cooperativa que foi instalada oficialmente no Nordeste foi em Camaragibe, no estado do Pernambuco, em 1894, tinha como fundador Carlos Alberto Meneses. De acordo com os autores, as cooperativas do Brasil passaram por alguns problemas, mais as cooperativas do Nordeste foram mais afetadas pelas circunstâncias socioeconômicas mais precárias, destacando-se a grande concentração de pessoas com baixa escolaridade, além de inúmeros indicadores que a caracterizam como uma região de baixo desenvolvimento e, adicionalmente, com condições climáticas adversas, como no semiárido (DANIEL; GAL, 1981).

As cooperativas, apesar de vários associados, tinham apenas um chefe, geralmente, um político ou alguém com maior poder econômico e que se tornava um verdadeiro “dono da cooperativa”. Assim, aqueles que detinham o poder econômico acabavam por exercer o controle das cooperativas, reunindo grupos de pessoas apenas para efeito de obtenção de recursos. Os cooperativados, em muitos casos não tinham noção alguma do que era cooperativismo ou como poderia influenciar nos rumos da cooperativa, apenas servindo como verdadeira massa de manobra para contemplar os interesses do “dono”. Em virtude de tal arranjo, acontecia com frequência nas sociedades cooperativistas do Nordeste que numa mesma localidade existiam duas cooperativas agropecuárias: uma chefiada por um político de um partido e a outra por político de outro partido adversário (DANIEL; GAL, 1981).

Os traços salientados pelos autores apontam para o mandonismo praticado pelos grupos oligárquicos que impunham um controle vigoroso sobre as populações nos diversos espaços do interior nordestino, constituindo-se numa característica importante para se compreender as limitações que existiam para boa parte dos cooperados exercitarem os direitos e compartilharem dos benefícios nos mesmos moldes dos líderes políticos que, em geral, eram os organizadores e gestores de tais empreendimentos.

Também é conveniente destacar que nem todas as cooperativas tiveram suas ações associadas diretamente ao comando de algum grupo político, destacando-se as iniciativas que tiveram a frente religiosos (padres e bispos) e outras tantas iniciativas que brotaram das dificuldades vivenciadas por inúmeros grupos sociais, como quilombolas, indígenas e trabalhadores sem-terra.

A COAPIL no município de Itaú/RN

O município de Itaú está localizado no estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente na Microrregião de Pau dos Ferros. Seu território encontra-se a 361 km da capital, Natal, e sua área territorial é de 133 km², limitando-se com os municípios de Apodi/RN, Riacho da Cruz/RN, Tabuleiro Grande/RN, Rodolfo/RN e Severiano Melo/RN (IBGE, 2018).

Imagem 1. Localização de Itaú/RN – Mapa do Rio Grande do Norte.



Fonte: ABREU, 2018.

De acordo com o IBGE (2010), a população era de 5.850 habitantes, com densidade demográfica de 43,97 hab./km². Com relação à economia, o IBGE (2018) mostra que o Produto Interno Bruto (PIB), no município de Itaú-RN era de R\$ 23.147.210,00 e o PIB *per capita* era de R\$ 3.899,46.

Segundo o IBGE (2010), no ano de 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 29,98% trabalhavam no setor agropecuário, 0,19% na indústria extrativa, 5,59% na indústria de transformação, 9,82% no setor de construção, 1,35% nos setores de utilidade pública, 11,96% no comércio e 38,49% no setor de serviços. Percebe-se que o setor agropecuário é bastante significativo para a economia local, ficando em segundo

lugar no que ocupa maior número de trabalhadores, sendo assim tem um destaque positivo dentre os demais setores da economia.

A COAPIL (Cooperativa Agropecuária de Itaú Ltda.) foi fundada em 15 de setembro de 1968, com 30 sócios, sendo o primeiro presidente o Sr. Nelson Diógenes Dantas (ATA DE CONSTITUIÇÃO DA COAPIL). A área prioritária de atuação era a cajucultura, destacando-se o beneficiamento da polpa, o beneficiamento da castanha do caju, produção de ração de caju (aproveitando o bagaço da fruta) e viveiros de mudas de cajueiros (Presidente da COAPIL em 2019, entrevista, 15 jan. 2019).

Figura 2. Cooperativa Agropecuária Itaú Ltda. (COAPIL).



Fonte: JOTA MARIA, 2018.

A cooperativa dispunha de, aproximadamente, 150 operários, número que aumentava na época da colheita do caju, gerando emprego diretamente e indiretamente, inclusive com aproveitamento de mão de obra proveniente de municípios vizinhos. Destaque-se que os empregos gerados não exigiam especialização, resultando em oportunidades para ocupação de mão de obra pouco qualificada, como, por exemplo, carregadores (responsável por carregar/descarregar os caminhões) e cortadeiras que realizavam o trabalho do corte do caju.

A origem da fruta do caju era de municípios vizinhos, como: Severiano Melo (sendo o maior produtor da região), Portalegre, Apodi, Rodolfo Fernandes e alguns municípios do Ceará como Potiretama, Iracema e Alto Santo, além da produção proveniente da zona rural de Itaú/RN.

Os principais destinos da polpa de caju eram para o grupo EBBA em Aracati/CE, Grupo Tropfruit em Estância/SE, Pindorama em Alagoas e Brassucos em Feira de Santana/BA. A polpa saía da processadora em Itaú/RN já semielaborada nas carretas

pipa de aço inox com a capacidade de 30 toneladas cada. A COAPIL continua produzindo polpa de caju, beneficiamento de castanha, viveiros de mudas de cajueiros e produção de ração. Tendo 35 trabalhadores, números que aumenta indiretamente com a colheita, podendo alcançar 600 empregos para colher 5 mil caixas de caju (como apanhadores de caju, transportadores de outras cidades e os que fazem a colheita do caju).

A colheita do caju-anão precoce começa no primeiro dia de junho até o final de dezembro. A COAPIL funciona nas segundas, quartas e sextas-feiras. O atual presidente é o Sr. José Praxedes Fernandes, trabalhando há 25 anos na Cooperativa.

O insucesso econômico vivenciado pela COAPIL se agravou a partir da estiagem de 2012 a 2017, que influenciou na baixa disponibilidade do caju, sendo que os sucessivos anos de seca refletiram na economia e na redução das atividades da Cooperativa, conseqüentemente, com implicações que podem comprometer sua existência.

Resultados

Os sócios entrevistados entraram na Cooperativa nos anos de 1975 a 2007, com a maioria se concentrando no período de 1975 a 1999. A forma de ingresso foi por convite da Diretoria e tendo como justificativa o fato de possuírem terras com parte destinadas a cajucultura. Os entrevistados mais antigos apontaram que foi por meio das relações pessoais que mantiveram com o então presidente (que foi prefeito do município por diversos mandatos) que resolveram aceitar o convite para ingressarem na Cooperativa.

A geração de renda proveniente da ação da COAPIL permitiu que parte dos sócios alcançasse certa estabilidade financeira, inclusive contribuindo para a abertura de negócios distintos da atividade da cajucultura. Para alguns que atuaram diretamente na gestão da Cooperativa, também foram importantes os conhecimentos obtidos na atividade, pois teriam servido para se tornarem empreendedores.

Segundo o que foi apurado, a COAPIL oferecia outras vantagens para os sócios, além dos preços mais satisfatórios, como a estruturação de um supermercado, aspecto que favorecia para a realização de compras na cidade em épocas em que o comércio dispunha somente de pequenas mercearias. Também contavam com o serviço de corte das terras, realização de pequenas obras nas propriedades por meio de tratores da Cooperativa e obtenção de financiamentos nos bancos para repasse aos associados.

Sobre o processo de tomada de decisões, observou-se que foram apontadas a realização de reuniões nos próprios galpões da Cooperativa, mas que o processo decisório ficava muito à mercê da ação dos presidentes. Apontaram a realização das reuniões como um sinalizador de um ambiente democrático, mas apurou-se que as

diretrizes já eram estabelecidas pela ação dos presidentes e alguns membros da Diretoria e que os momentos de reuniões eram mais para repassar o que já tinha sido feito.

Ademais, indicaram a ação política de um ex-presidente como elemento positivo para a Cooperativa e que após a perda de representatividade política, a situação econômica foi piorando e praticamente inviabilizando a existência da COAPIL. A percepção dos associados sobre a importância de um político para o “sucesso” da Cooperativa evidencia que a construção de laços de confiança entre os cooperativados foi, no mínimo, insuficiente, pois colocavam a ação da liderança política como indispensável para o empreendimento.

Além da perda de representatividade política que foi apontada como um dos elementos contribuintes para o declínio econômico da COAPIL, também foi indicado que a seca que assolou a região em muitas oportunidades (inclusive no período recente, de 2012 a 2017) representou um fator para as dificuldades vivenciadas nos últimos anos. Ademais, salientaram que a má gestão também comprometeu o funcionamento da Cooperativa e que seria necessária uma renovação no quadro administrativo para tentar resgatar a credibilidade da COAPIL.

A reprodução literal de um trecho de uma das entrevistas se faz necessária, pois é elucidativo sobre a perda de foco e de credibilidade da Cooperativa: “A COAPIL perdeu o significado de cooperativismo, onde se voltou mais para o centro político, do que mesmo para beneficiar os agricultores e os trabalhadores da cooperativa” (CAJU³, 2019).

A avaliação dos sócios entrevistados foi que a COAPIL desempenhou importante papel na economia local, acreditando que os resultados foram positivos para os agricultores cooperativados, uma vez que a Cooperativa também beneficiava a polpa, resultando em maior renda, além de fabricar ração para os animais. Apurou-se que, caso a COAPIL não realizasse o processamento do pseudofruto, ocorreria o desperdício, pois não seria possível vendê-lo para locais distantes. Também significou um importante agente comprador das castanhas produzidas na região, conseguindo melhores preços para o produto beneficiado que, até então, era repassado para atravessadores.

Para os sócios entrevistados os benefícios econômicos mais importantes gerados pela COAPIL foram os empregos, pois, segundo informaram, a maior parte da população da cidade era empregada na Cooperativa e atraía pessoas de outros municípios que buscavam trabalhar no beneficiamento da produção. Em virtude da grande quantidade de pessoas empregadas, o comércio teria se beneficiado e o dinheiro circulava na própria cidade.

³ Nome real omitido para preservação da fonte.

Como a geração de postos de trabalho foi apontada como a principal realização da COAPIL, buscou-se a coleta de dados e informações diretamente dos trabalhadores que atuaram na Cooperativa.

Instigados para apontarem a divisão de gênero entre os trabalhadores nos períodos de maiores movimentações nas atividades agroindustriais da COAPIL, verificou-se que a presença de mulheres na indústria de beneficiamento era muito representativa e que, em alguns períodos, trabalhavam mais mulheres do que homens.

Apurou-se nas entrevistas realizadas com os trabalhadores entrevistados que o período de ingresso na Cooperativa ocorreu entre o ano de 1980 e 1992 e que antes de ingressarem não estavam trabalhando, sendo que todos afirmaram a ausência de outras possibilidades de conseguirem postos de trabalho na cidade. Apontaram que nos momentos de auge da COAPIL, certamente, mais de 300 operários trabalhavam na agroindústria, constituindo-se como principal fonte de geração de emprego e renda na cidade.

Os entrevistados também salientaram que a COAPIL era organizada, que a Diretoria e os presidentes cuidavam de todas as atribuições gerenciais. Também indicaram que o ex-presidente que exerceu vários mandatos como prefeito do município era figura-chave para o sucesso do empreendimento e que sua ausência pode ser considerada como a principal causa para o declínio da Cooperativa. Apontaram que o atual presidente começou bem a gestão, mas que as dificuldades foram se tornando cada vez mais aparentes e que não acreditam na recuperação da COAPIL.

Os trabalhadores entrevistados confirmaram a realização de reuniões, possivelmente com periodicidade anual, para o repasse de informações para os membros. Nesse aspecto, consideraram que a gestão da Cooperativa era democrática, muito embora, também confirmaram que as decisões eram de exclusiva competência da Diretoria, especialmente, dos presidentes.

É interessante observar que, tanto sócios quanto os trabalhadores entrevistados, associaram uma gestão democrática a simples divulgação dos resultados alcançados pela Cooperativa, evidenciando-se que o empreendimento era realmente orientado para a obtenção de resultados econômicos. Não sendo identificadas ações da COAPIL para a promoção das capacidades dos sócios e/ou trabalhadores, nem tampouco a instituição de canais de fomento à participação.

Segundo os trabalhadores entrevistados, a influência política de apenas uma liderança foi marcante para o período de sucesso da COAPIL, verificando-se que parte dos entrevistados considerou a entrada no empreendimento como uma espécie de “favor” prestado pelo político, depreendendo-se que esse entendimento se tornou uma

fonte de numerosos votos e, conseqüentemente, contribuindo para a sustentação da posição política.

Na mesma linha de argumentação dos sócios, também os trabalhadores entrevistados indicaram que os benefícios econômicos mais importantes gerados pela COAPIL foram os empregos e o crescimento do ramo comercial na cidade de Itaú/RN.

Considerações finais

Todos os sócios e trabalhadores entrevistados salientaram a importância da COAPIL na geração de empregos, constituindo, por muito tempo, como a principal geradora de postos de trabalho no município. Ademais, os pesquisados informaram que eram tantos os empregos gerados na fase de beneficiamento que pessoas de municípios vizinhos acabavam se mudando para a cidade a fim de conseguirem uma ocupação.

A partir dos dados e informações coletadas entre os sócios e trabalhadores entrevistados da Cooperativa e no levantamento documental, pode-se dizer que o empreendimento alcançou resultados positivos em alguns aspectos: 1) a geração de postos de trabalho diretos e indiretos, tanto nas propriedades rurais, como nas atividades agroindustriais da COAPIL; 2) a expansão da cajucultura nos municípios do entorno, com o aproveitamento do pseudofruto para fabricação do suco de caju e de ração; 3) a manutenção de preços mais favoráveis para os produtores e o crescimento das rendas provenientes da atividade agropecuária para os sócios e trabalhadores; 4) os melhoramentos da infraestrutura nas propriedades rurais dos sócios, principalmente, através do uso dos tratores da COAPIL; 5) facilitação para sócios obterem financiamentos bancários; 6) abrangência regional, exercendo influência econômica nos municípios do entorno de Itaú/RN e; 7) potencializou a economia local, principalmente o segmento comercial.

E como pontos negativos, pode-se destacar: 1) a dependência elevada em relação ao comando da Cooperativa, evidenciando-se pela percepção de que o êxito do empreendimento dependia da atuação de um ex-presidente, como também, o declínio passou a ser relacionado à figura do atual presidente; 2) a influência política exercida por uma liderança, cujo poder político acumulado no exercício de vários mandatos como prefeito do município se intercalou com o comando da COAPIL; 3) a escassa atuação da Cooperativa para a criação de um ambiente mais participativo e que pudesse criar e afirmar laços de confiança e colaboração entre os cooperativados; 4) o foco eminentemente economicista, não viabilizando instrumentos para o aprimoramento educacional dos cooperativados, nem para a difusão de conhecimentos relacionados à

prática produtiva entre os sócios (foco na cajucultura de sequeiro); 5) gestão e processo decisório centralizado (Presidência e Diretoria); 6) carência na formação de lideranças, evidenciando-se pelo longo tempo em que o atual presidente ocupa a posição (mais de 25 anos) e; 7) incapacidade em reunir os cajucultores associados para tentar o resgate da Cooperativa.

Por fim, é possível pontuar, com base nas entrevistas realizadas e no levantamento documental, que a COAPIL foi importante para a geração de emprego e de renda para o município de Itaú/RN, servindo como atrativo de mão de obra do entorno. Nesse aspecto, contribuiu para o enfrentamento da pobreza e potencializou a economia local, com destaque para a atividade comercial. Por outro lado, mostrou-se incapaz de promover alterações substanciais na estrutura socioeconômica. Na verdade, tornou-se um instrumento para a manutenção do poder político e para reafirmação das diferenciações sociais.

Referências

ABREU, Raphael Lorenzeto de. Mapa de Localização de Itaú/RN (2018). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ita%C3%BA_\(Rio_Grande_do_Norte\)#/media/File:Brazil_Rio_Grande_do_Norte_Ita%C3%BA_location_map.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ita%C3%BA_(Rio_Grande_do_Norte)#/media/File:Brazil_Rio_Grande_do_Norte_Ita%C3%BA_location_map.svg). Acesso em: 06 dez. 2018.

BARRETO FILHO, Boanerges de Freitas. O cooperativismo/associativismo em Portalegre-RN: Resultados e desafios. In: *1º ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: Recursos Hídricos e Programas Sociais no Território do Semiárido*, 2017. Anais. Pau dos Ferros, UERN, 2017. p. 1-12. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/erespp/anais.php>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BIALOSKORSKI NETO, S. *Governança e perspectivas do cooperativismo*. 1998. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/artigosbialsorskiiworkshopcoop1998.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

DANIEL, Abraham; GAL, Naphtali. *Pesquisa sobre organização cooperativa no nordeste do Brasil*. Banco do Nordeste do Brasil, 1981.

HÜMMELGEN, Bruno. Cooperativismo: um agente de mudança. *Revista Urutágua*, n. 34, 2016. p. 74-86.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama de Itaú/RN. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/itau>. Acesso em: 26 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sinopse do Censo 2010. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/itau>. Acesso em: 26 nov. 2018.

JOTA MARIA. Instalações da COAPIL em Itaú/RN (2018). Disponível em: <http://jotamaria-coapildeitau.blogspot.com/2018/07/coapil-itau.html>. Acesso em: 06 dez. 2018.

MAGALHÃES, Juliano Machado de; DAUDT, Cláudio Gustavo; PHONLOR, Patrícia Ross. Vantagens Proporcionadas às Pequenas e Médias Empresas por meio da União em Redes de Cooperação no Contexto do Venture Capital. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, v. 13, n. 4, 2009. p. 583-603.

NINAUT, Evandro Scheidt; MATOS, Marcos Antonio. Panorama do cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 38, n. 8, p. 43-55, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Panorama geral do cooperativismo brasileiro. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemas-cooperativos/ocb-organizacao-das-cooperativas-do-brasil/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

PORTO, Selomi Bermeguy; FERREIRA, Marinilde Verçosa. Cooperativismo e desenvolvimento socioeconômico: uma análise da cooperativa de crédito rural de economia solidária–Solicred. *Cadernos Gestão Social*, v. 5, n. 2, p. 337, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/viewArticle/323>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de administração e finanças*. São Paulo: Best Seller, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

SCHMIDT, Rosana Marcela; TEODORO, Paulo Alberto Vilas Boas; MIYAZAKI, Juliane; GAFFURI, Juliana; NAZZARI, Rosana Kátia; BERTOLINI, Geysler Rogis F. Cooperativismo, uma alternativa de geração de renda para pequenos e médios produtores rurais. In: *SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL*, v. 2, 2005, Cascavel. Anais. Cascavel: Unioeste, 2005. p. 01-17.

SILVA, Emanuel Sampaio; SALOMÃO, Inessa L; MCINTYRE, Jimmy Peixe; GUERREIRO, João; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto; BERGONSI, Sandra S. S; VAZ, Sidney da Conceição. *Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências*. Recife: Unircoop, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.